

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO – TJMA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO – CONTADOR

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – CONTADOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Muito se tem falado e escrito sobre inclusão, que tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quando se afirma que “a educação é direito de todos”, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independente dos fatores físicos e psíquicos. Nessa perspectiva é que se fala em inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos.

Antigamente, pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e de todo tipo de crendice. *Mittler (2000 apud Santana, 2003)*. Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito que se inicia com a jornada da História da Educação das pessoas com deficiência.

No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de “fase da exclusão”, a maioria das pessoas com deficiência era considerada indigna de educação escolar. Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para os seus problemas; assim as pessoas com deficiência passaram a ser recebidas em instituições filantrópicas de cunho religioso ou asilos, que foram a última morada para muitos.

A fase chamada de segregação, já no século XX, começou com a inserção de pessoas deficientes em grandes instituições que propiciavam a alfabetização. A partir da década de 1950 e mais intensamente nos anos 60, eclodiu o movimento de pais a quem tinha sido negado o ingresso de seus filhos em escolas comuns; após a Segunda Guerra Mundial, “consistia na crença de que o problema da deficiência era algo restrito à pessoa que a possuía e que, por isso, a solução seria prover a essa pessoa o máximo de habilidades a fim de que ela se tornasse apta a ingressar ou reingressar na sociedade” (*Sasaki, 1997*). Surgiram então as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas regulares.

A década de 1970 constituiu a fase da integração, em que houve mudança filosófica em direção à ideia de educação integrada, ou seja, só era possível essa junção quando o aluno com deficiência se adaptava ao regime da escola, sem modificações ou adaptações do sistema; a partir desse modelo é que famílias e orientadores prepararam essas pessoas para participar de uma comunidade sem modificações substanciais para integrar as pessoas com deficiência. Daí então a educação integrada ou integradora excluía aqueles que não tinham condições de acompanhar os demais alunos. As leis sempre tinham o cuidado de deixar aberta a possibilidade de manter as crianças e adolescentes com alguma deficiência em escolas regulares.

No final dos anos 1980 surgiu a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, desde que a inclusão propiciasse uma educação de qualidade e igualitária para todos, aceitando as diferenças individuais como atributo e não como obstáculo e valorizando a diversidade para o enriquecimento das pessoas tendo isso declarado em documentos-chave como a Declaração de Salamanca, a Carta para o Terceiro Milênio, a Convenção de Guatemala, a Declaração das Pessoas Deficientes, a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão e outros que garantem a acessibilidade a pessoas com deficiência. No Brasil, diversos documentos legislativos e administrativos tratam desse assunto, a começar pela Constituição Federal de 1988 e a LDB/96.

(CIRÍACO, Flávia Lima. Inclusão: um direito de todos. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos./Fragmento>.)

Questão 01

Com base nas informações e ideias apresentadas no texto, pode-se afirmar que

- A) privilégios destinados a pequenos grupos são retratados e caracterizados como eventos excludentes.
- B) diante de demandas sociais, percebe-se concretização de práticas que permitem mudanças estruturais.
- C) subterfúgios são utilizados para justificar o processo histórico de exclusão na sociedade contemporânea.
- D) em função de necessidades diferentes de indivíduo para indivíduo, possibilitaram-se mudanças satisfatórias em todos os aspectos da sociedade.

Questão 02

Considerando a relação estabelecida entre as orações do período: “Muito se tem falado e escrito sobre inclusão, que tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social.” (1º§), pode-se identificar estrutura equivalente em:

- A) Ele disse que estaria aqui, possivelmente, antes das quinze horas.
- B) A entrevista, que possibilitou o ingresso na empresa, foi extremamente difícil.
- C) Em situações de crises que ultrapassam as previsões deve-se buscar o equilíbrio.
- D) As pessoas que são sedentárias desenvolvem problemas de saúde com maior probabilidade.

Questão 03

A partir das informações apresentadas relacionadas à inclusão na sociedade pode-se inferir que

- A) a inclusão, tratada no texto, relaciona-se diretamente aos aspectos legais que envolvem direitos e deveres de cada indivíduo.
- B) ao afirmar que “muito se tem falado e escrito sobre inclusão”, há uma valorização do discurso em detrimento das ações acerca do tema abordado.
- C) segregação e preconceito são conceitos que designam eventos equivalentes abolidos diante da redefinição de ações na sociedade contemporânea.
- D) a visão anterior que a sociedade demonstrava acerca das pessoas com deficiência contribui para que ações sejam consideradas necessárias atualmente, resgatando ideais esquecidos.

Questão 04

“De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, ‘a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.’” (1º§) Considerando o trecho destacado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A expressão “De acordo com” pode ser reconhecida como conector promovendo o encadeamento das ideias.
- II. O período é introduzido por meio de expressão que indica conformidade, podendo ser substituída por “Assim”, mantendo o significado do trecho original.
- III. A gramática normativa permite a substituição das aspas pelo travessão no caso do trecho destacado mantendo-se a finalidade original do uso da pontuação empregada.
- IV. O uso de aspas no primeiro parágrafo indica o emprego de uma citação que tem como propósito comunicativo contribuir para a sustentação das informações e ideias apresentadas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 05

“No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de ‘fase da exclusão’, a maioria das pessoas com deficiência era considerada indigna de educação escolar. Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para os seus problemas; assim as pessoas com deficiência passaram a ser recebidas em instituições filantrópicas de cunho religioso ou asilos, que foram a última morada para muitos.” (4º§) A respeito do trecho destacado, assinale a afirmativa INADEQUADA.

- A) Há uma referência temporal referente a práticas contrárias ao tema “inclusão”.
- B) A concretização de direitos de forma igualitária é uma prática necessária e contemplada em diferentes momentos da história.
- C) É possível identificar a atuação da ciência como protagonista para o progresso das questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência.
- D) Ainda que não houvesse proteção de direito fundamental no passado às pessoas com deficiência, pode-se constatar que tal situação não permaneceu estagnada.

Questão 06

A partir do reconhecimento sintático das relações existentes entre as orações e os termos da oração, assinale a alternativa em que o segmento destacado demonstra oração que tem a função própria dos substantivos na frase.

- A) “Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito [...]” (3º§)
- B) “Quando se afirma que ‘a educação é direito de todos, [...]” (2º§)
- C) “[...] que se inicia com a jornada da História da Educação das pessoas com deficiência.” (3º§)
- D) “Nessa perspectiva é que se fala em inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, [...]” (2º§)

Questão 07

Dentre os termos destacados a seguir, assinale aquele cujo emprego NÃO remete a um elemento de referência permitindo que o referente anterior seja retomado.

- A) “Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito que se inicia [...]” (3º§)
- B) “No período anterior ao século XX, que pode ser chamado de ‘fase da exclusão’, [...]” (4º§)
- C) “Antigamente, pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio [...]” (3º§)
- D) “Foi com as grandes descobertas na área da Medicina, Biologia e Saúde que se começou a estudar os deficientes [...]” (4º§)

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 08

“A fase chamada de segregação, já no século XX, começou com a inserção de pessoas deficientes em grandes instituições que propiciavam a alfabetização. A partir da década de 1950 e mais intensamente nos anos 60, eclodiu o movimento de pais a quem tinha sido negado o ingresso de seus filhos em escolas comuns; após a Segunda Guerra Mundial, ‘consistia na crença de que o problema da deficiência era algo restrito à pessoa que a possuía e que, por isso, a solução seria prover a essa pessoa o máximo de habilidades a fim de que ela se tornasse apta a ingressar ou reingressar na sociedade’ (Sasaki, 1997). Surgiram então as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas regulares.” (5º§) Assinale a afirmativa adequada quanto à compreensão de ideias e/ou informações do parágrafo destacado.

- A) O núcleo familiar estabelece e define, em caráter de urgência, a acolhida de pessoas com deficiência nas instituições de ensino.
- B) A restrição referente à deficiência citada no trecho demonstra um menor número de pessoas com deficiência no século XX em relação aos números atuais.
- C) Há uma relação de oposição estabelecida no primeiro período do trecho em destaque, refletindo questões de enfrentamento existentes em relação ao tema inclusão.
- D) As políticas de inclusão do século XX demonstraram grande avanço no sentido de promover o desenvolvimento de modo sistemático e pleno às pessoas com deficiência.

Questão 09

Assinale a alternativa que apresenta a frase em que o termo sublinhado tem o significado corretamente indicado considerando o contexto em que está inserido.

- A) “[...] eclodiu o movimento de pais [...]” (5º§) – implodiu
- B) “[...] que propiciavam a alfabetização.” (5º§) – aplacavam
- C) “[...] uma comunidade sem modificações substanciais [...]” (6º§) – aparentes
- D) “[...] a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social.” (1º§) – contexto

Questão 10

Em “No final dos anos 1980 surgiu a ideia de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, desde que a inclusão propiciasse uma educação de qualidade e igualitária para todos, [...]” (7º§), pode-se afirmar em relação à ocorrência de crase que

- A) pode ser avaliada como facultativa.
- B) trata-se de uma exigência da expressão “sistema escolar”.
- C) introduz um complemento verbal indiretamente ligado ao verbo.
- D) caso a expressão “necessidades dos alunos” fosse substituída por “alunos”, “às” seria substituído por “à”.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Texto I

A conduta ética do servidor público não é apenas uma questão de comportar-se de acordo com o que é permitido. O essencial da conduta é a orientação interna que ele (servidor) dá a suas ações: a motivação, o esmero, o gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve. Há certos aspectos do serviço público que não se medem pelo simples cumprimento exterior das normas, mas pela qualidade com que as regras são observadas. Quantas vezes nossas leis são cumpridas “na letra”, mas não no seu “espírito”? A conduta, portanto, leva em conta a escolha consciente do agente.

(Ética e Serviço Público. Módulo 3 - A Conduta no Serviço Público. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Adaptado.)

Texto II

A Justiça Estadual é responsável por julgar matérias que não sejam da competência dos demais segmentos do Judiciário – Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar, o que significa que sua competência é residual, apesar de englobar o maior volume de processos judiciais. Cada uma das unidades da Federação tem a atribuição de organizar a sua justiça. Do ponto de vista administrativo, a Justiça Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição: Primeiro grau: composto pelos juízes de Direito estaduais. Segundo grau: representado pelos Tribunais de Justiça. Nestes, os magistrados são desembargadores, que têm entre as principais atribuições o julgamento de demandas de competência originária e de recursos interpostos contra decisões proferidas no primeiro grau.

(Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: maio de 2024. Adaptado.)

Questão 11

Após a leitura dos textos I e II, ciente da importância de se cultivar e de se preservar preceitos éticos, é correto afirmar que a Comissão de Ética do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão tem as seguintes atribuições, EXCETO:

- A) Assegurar e promover o solidarismo e a justiça na relação entre magistrados e jurisdicionados.
- B) Orientar e aconselhar sobre a ética profissional do magistrado, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.
- C) Instruir e fundamentar pedidos de promoções, remoções e permutas dos magistrados e, também, sem prejuízo da competência da Corregedoria-Geral da Justiça, manifestar-se, em plenário, sobre a proposta de orçamento do Poder Judiciário.
- D) Instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a princípio ou norma ético-profissional, podendo, ainda, conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra magistrado ou juízo, sem prejuízo da competência da Corregedoria-Geral da Justiça.

Questão 12

É vasta em amplitude e profundidade a literatura sobre estratégia, com farta produção teórica e tecnológica. Ainda assim, há múltiplos significados atribuídos ao conceito de gestão estratégica, em especial no setor público. Gestão, em uma perspectiva bastante singela e processual, de inspiração predominantemente neoclássica, pode ser definida a partir do fluxo cíclico, virtuoso e recursivo das funções gerenciais de planejamento, organização, direção e controle; ou de forma ainda mais simples, como planejar, executar e avaliar (ou controlar). A estratégia é conteúdo que se materializa no planejamento estratégico. Tem-se, então, que o planejamento estratégico está mais intensamente associado a um dos elementos do processo de gestão – o planejamento. Portanto, produzir planejamentos estratégicos não é sinônimo de gestão estratégica. É requisito para a formulação da estratégia e, por conseguinte, de um planejamento estratégico, o que se denomina pensamento estratégico. Não há gestão estratégica, tampouco planejamento estratégico, sem que se instale e cultive entre os membros da organização um pensamento estratégico.

(BERGUE, Sandro Trescastro. *Gestão estratégica de pessoas no Setor Público – Belo Horizonte: Fórum, 2020.*)

Considerando o disposto no texto, pensar estrategicamente no contexto da Administração Pública implica conhecer algumas dimensões essenciais, dentre as quais se destacam as seguintes, EXCETO:

- A) Assumir que a ação administrativa deve assentar-se na firme ciência dos propósitos pessoais e ser orientada pela sistemática reinterpretção das atribuições que lhes foram legalmente estabelecidas.
- B) Noção de pensamento de topo, o que implica em um modelo de pensamento gerencial que, por ocasião da formulação dos objetivos institucionais, alcance o efetivo envolvimento da alta administração, para além da perspectiva individual ou setorial conformadora dos espaços de poder na organização.
- C) Identificar e potencializar o que é essencial para a produção de valor público a ser emanado da organização, o que implica que seus membros compartilham uma aceitação acerca do que são os elementos ou processos essenciais para a geração daquilo que efetivamente caracteriza e legitima a organização como tal perante a sociedade.
- D) Considerar o arranjo de pessoas e suas relações a partir de uma visão integral que assuma a organização como um sistema complexo e caótico, inserida em um contexto moldado por um conjunto de relações que transcendem os limites institucionais, estendendo-se para a interação com outros órgãos ou entidades que configuram a Administração Pública.

Questão 13

Os conflitos estão presentes em todos os ambientes organizacionais, pois sempre que houver convivência entre um grupo de pessoas, inevitavelmente haverá divergências de ideias, de objetivos, de valores e de outros fatores. O comportamento humano é a parte mais complexa e integral de todo tipo de conflito; a estrutura da organização, a qual se refere às normas, às políticas e aos procedimentos, assim como os fluxos internos de informações da própria instituição, também podem gerar conflitos. Por sua vez, muitos conflitos do mundo externo – a exemplo das especificidades das entidades públicas e de suas relações com os governos – são internalizados, mas isso é inevitável e faz parte do viver em coletividade. Sobre conflitos e possibilidades de geri-los, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () No processo de gestão, é necessário que existam ferramentas técnicas que possibilitem a mediação dos conflitos nos ambientes institucionais, pois não se trata, apenas, de trabalhar os relacionamentos interpessoais, mas, inclusive, de instituir ações significativas em que os agentes envolvidos nos conflitos entendam que são importantes para a instituição e, também, entendam a importância da instituição no sistema no qual se encontra inserida.
- () No serviço público, a segregação de funções e de atribuições são legalmente estabelecidas e, por isso, interesses institucionais atrapalham a harmonia das instituições e acirram os conflitos internos e externos.
- () Na Administração Pública, a Ouvidoria pode ser entendida como uma instituição que auxilia os cidadãos em suas relações com o Estado. Um de seus objetivos é encaminhar as demandas que lhe são passadas, sempre visando o melhor para o cidadão, cabendo a ela solucionar as pendências sempre no menor tempo e da maneira mais objetiva.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) F, F, F.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 14

Sobre a organização do Estado e de sua gestão e os agentes públicos, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A Administração Pública, para além do emprego convencional do termo para designar fundamentalmente o aparelho estatal e suas relações, diz também com a função gerencial, mais orientada para a noção de administrar a coisa pública (processo), ao passo que a organização, a despeito da inarredável interdependência, mais se aproxima do senso de instrumento (estrutura).
- () Delinear os traços predominantemente mecanicistas da Administração Pública e suas implicações para a gestão das políticas públicas contribui para a compreensão dos fenômenos organizacionais transversais à gestão de pessoas no setor público.
- () A organização pública é a expressão predominantemente instrumental da Administração Pública, explicitando o modo de compreender e organizar pessoas e suas relações formais e informais, observada uma multiplicidade de objetivos em movimentos de acomodação, cultura, tecnologias, processos e recursos das demais ordens.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.

Questão 15

Sobre os aspectos fundamentais na formação do Estado brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A instituição do Governo Geral para todo o Brasil, em meados dos anos de 1500, teve como resultado a efetiva presença do Governador Geral e de seus auxiliares imediatos em todos os lugares do território brasileiro que exigissem a tomada de decisões importantes.
- B) A grande extensão do território nacional e as dificuldades de comunicações não impediram a efetiva implantação de um Governo Geral no Brasil, o que resultou no estabelecimento de duas sedes administrativas, uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro por volta 1820.
- C) Dentre as inúmeras tentativas de se unificar a administração brasileira, uma importante modificação foi introduzida em 1621, quando se estabeleceu um Governo Geral para todo o Brasil, exceto para o estado do Maranhão, que manteve relativa autonomia até a instituição do vice-reinado no Brasil.
- D) A rigor, desde o descobrimento, em 1500, Portugal já conhecia a possibilidade de extrair riquezas do solo e do subsolo brasileiros. Por isso, até meados do século XVII, a estrutura jurídico-administrativa do Brasil não sofreu modificações, o que revela a ausência de dificuldades encontradas por Portugal para tratar o Brasil como uma unidade.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Questão 16

200 anos da Batalha do Jenipapo

O ano passado, 2023, comemorou-se o bicentenário da Batalha de Jenipapo. Em 13 de março de 1823 aconteceu um dos episódios mais marcantes da história da independência do Brasil. As lutas, ocorridas no Piauí, opuseram brasileiros piauienses, cearenses e maranhenses contra tropas leais a Portugal lideradas pelo Major Fidié. Pelo menos 200 brasileiros morreram durante os confrontos na cidade de Campo Maior.

(Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/13/200-anos-da-batalha-do-jenipapo>. Acesso em: maio de 2024.)

No local hoje situado às margens da BR 343, a rodovia que liga a capital Teresina à cidade de Parnaíba, no litoral piauiense, brasileiros e portugueses se bateram entre nove horas da manhã e duas horas da tarde do 13 de março de 1823. O resultado foi uma carnificina, cerca de duzentos brasileiros mortos e mais de quinhentos feitos prisioneiros. Dentre as características dessa batalha contundente, podemos apontar o fato de que:

- A) Apesar da junção entre os estados, apenas o Maranhão estava a favor de fato da independência, sendo que os demais estados do Nordeste tinham outros interesses.
- B) Mais tarde, o próprio Imperador não reconheceu o feito heroico dos brasileiros e os manteve em cativeiro por muito tempo, trazendo mais revolta ainda aos sobreviventes.
- C) Muitos participantes não tinham experiência militar, eram vaqueiros, roceiros, escravizados, libertos e indígenas, armados somente com machados, foices, facões e enxadas.
- D) Do lado português, a tropa não diferia muito dos inimigos, sendo composta por soldados sem treinamento adequado e, na maioria das vezes, sem alimento ou armas próprias.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 17

Criadas durante a administração pombalina, as companhias monopolistas de comércio foram parte integrante dos planos de reestruturação econômica de Portugal. Essas organizações acabariam por controlar a entrada e a saída dos produtos das colônias portuguesas, antes realizadas, em sua maioria, por comerciantes estrangeiros. Com a morte de D. João V, assumiu o trono seu filho, D. José I. O fatal acontecimento do terremoto de Lisboa, em 1755, foi decisivo para que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, assumisse o cargo de Ministro de Negócios do Reino; muita coisa mudaria a partir de então.

(MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 6-7.)

Por Alvará Régio, de 7 de junho de 1755, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Dentre as funções e ações desenvolvidas pela Companhia, é possível apontar:

- A) A venda em Lisboa, em consignação, de produtos repassados pelos lavradores do Grão-Pará e Maranhão.
- B) O controle dos direitos alfandegários, do peso e do subsídio de qualquer mercadoria que circulasse na província maranhense.
- C) O cuidado dos chamados “negócios miúdos”, ou seja, administração dos negócios paralelos relativos aos mais variados setores da região.
- D) A vigilância em toda região contra a corrupção, o monopólio e as arbitrariedades que eram usualmente cometidas pelos moradores locais.

Questão 18

Graças ao prestígio pessoal de Victorino nas altas esferas administrativas e junto aos figurões do país (prestígio que se conservou em alta e efetivo, passando de presidente a presidente, até sua morte e além dela) como uma época de grandes vantagens para o Estado, com o carreamento de vultosas verbas, que, se bem aplicadas, teriam dado ao Maranhão um grande progresso. Desviadas, porém, pelos amigos e correligionários, aos quais se garantiam todas as imunidades e forneciam meio para aniquilamento dos contrários.

(BOTELHO, Joan. *Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão*. 1ª ed. São Luís: Fort Gráfica, 2007.)

São públicas e notórias as estratégias e articulações chefiadas por Vitorino Freire que levaram, posteriormente, à montagem do “Vitorinismo”, enquanto sistema político, através de suas práticas coronelísticas (autoritárias e violentas). A greve de 1951 representou para o Vitorinismo:

- A) Um desgaste da oligarquia Vitorinista, mas não a sua extinção ainda.
- B) Uma experiência nacional-estatista percebida como uma grande vitória do coronelismo, que perdura no Maranhão até hoje.
- C) O momento específico em que a figura hegemônica e de maior representação do mandonismo oligárquico local perdeu por completo seu poder.
- D) Um evento que mudaria a política como um todo no Brasil, pois trouxe uma importante contribuição no que se refere à derrocada do trabalho.

Questão 19

O Maranhão, estado localizado na região Nordeste do Brasil, apresenta uma variedade de formas de relevo. Três importantes unidades de relevo do Maranhão são o Planalto Maranhense, a Planície Litorânea e a Baixada Maranhense. Em relação às unidades de relevo do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- A) A Baixada Maranhense, encontrada no centro-sul do estado, apresenta altitudes moderadas e ondulações suaves.
- B) A Planície Litorânea, localizada no centro-sul do estado, é uma área de planícies inundáveis, com muitos rios e lagoas.
- C) O Planalto Maranhense, localizado no norte do estado, é caracterizado por planícies inundáveis, com muitos rios e lagoas.
- D) A Planície Litorânea, situada ao longo da costa, é uma área de terrenos baixos e relativamente planos, influenciada pela proximidade com o mar.

Questão 20

O estado do Maranhão possui uma rede hidrográfica diversificada e significativa que dinamiza a sua economia. Entre os principais rios do estado, destacam-se o rio Itapecuru, o rio Mearim e o rio Parnaíba. Sobre os rios maranhenses, é correto afirmar que:

- A) Itapecuru, que faz divisa com o estado do Piauí, é conhecido por suas cheias sazonais.
- B) Parnaíba, que faz divisa com o Piauí, é um importante recurso para a navegação e a pesca.
- C) Mearim, que corta o estado de sul a norte, é vital para o abastecimento de várias cidades, incluindo São Luís.
- D) Itapecuru, que nasce em Camurupim, no Piauí, é conhecido por fertilizar as áreas agrícolas adjacentes durante suas cheias sazonais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 21

As custas processuais dos serviços forenses devidas ao Estado pelo processamento dos feitos são fixadas segundo o processo e o recurso, sendo contadas e cobradas conforme a Lei do Estado do Maranhão, Lei nº 12.193/2023, que dispõe sobre as custas judiciais incidentes sobre os serviços públicos de natureza forense e normativos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Analise as afirmativas a seguir.

- I. As multas impostas nos termos das leis processuais às partes, aos servidores do Poder Judiciário e aos serventuários extrajudiciais não são consideradas custas.
- II. São isentos do pagamento de custas nas ações de alimentos e de acidente de trabalho, o alimentando, o acidentado e seus beneficiários, quando vencidos; bem como os processos de competência da Justiça da Infância e Juventude.
- III. A reclamação contra cobrança de custas processuais indevidas ou excessivas, em qualquer caso, será feita pelo interessado junto ao magistrado do feito ou diretor do fórum respectivo.
- IV. Nos processos de competência dos Juizados Especiais Criminais havendo homologação de composição civil ou aplicação de pena restritiva de direitos ou multa conforme Lei nº 9.099/1995 e na recuperação judicial de microempresa e empresa de pequeno porte, as custas serão reduzidas em cinquenta por cento.

De acordo com a Lei nº 12.193/2023, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 22

Tendo em vista a Lei nº 6.107/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão e dá outras providências, em relação às formas de provimento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Maria, servidora aposentada por invalidez, teve os motivos de sua aposentadoria declarados insubsistentes.
- II. João, servidor estável, sofreu um acidente que o incapacitou parcialmente ao exercício de suas funções, sendo investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- III. Ana, servidora estável, teve invalidada a sua demissão por decisão administrativa, devendo retornar ao cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.
- IV. Mévio, servidor estável, foi inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, devendo retornar ao cargo anteriormente ocupado.

O modo de provimento a que estão sujeitos os servidores acima indicados, de acordo com a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, é, respectivamente:

- A) Recondição, readaptação, reintegração e reversão.
- B) Reversão, readaptação, reintegração e recondição.
- C) Recondição, reintegração, readaptação e reversão.
- D) Reversão, reintegração, readaptação e recondição.

Questão 23

À luz da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 – que regula a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Maranhão, compreendendo a constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, Juizes e Serviços Auxiliares da Justiça – analise as afirmativas a seguir acerca das penas impostas aos serventuários, auxiliares e funcionários da Justiça.

- I. Jota, escrivã em vara de Bacabal, atuou, pela primeira vez, com negligência no cumprimento dos deveres do cargo.
- II. Caio, escrivão em vara de São Luiz, portou-se com notória e reiterada incontinência pública.
- III. Mévia, escrivã em vara de Açailândia, reincidiu em falta de insubordinação.
- IV. Tício, escrivão em vara de Caxias, atuou com negligência no cumprimento dos deveres do cargo, já tendo sofrido pena de repreensão anteriormente pelo mesmo motivo.

A punição a que estão sujeitos os servidores nos casos indicados, de acordo com a LC nº 14/1991, é, respectivamente:

- A) Censura, censura, suspensão e multa.
- B) Advertência, censura, suspensão e multa.
- C) Censura, suspensão, advertência e suspensão.
- D) Advertência, suspensão, demissão e suspensão.

Questão 24

A Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, regula a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Maranhão, compreendendo a constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, Juízes e Serviços Auxiliares da Justiça. Tendo em vista a normativa citada, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Tribunal de Justiça, com sede na cidade de São Luís, e jurisdição em todo o Estado, é o órgão supremo do Poder Judiciário Estadual, compor-se-á de trinta e sete desembargadores, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o Corregedor-Geral da Justiça.
- II. Na composição do TJMA há Câmaras Isoladas distribuídas de modo especializado em Câmaras de Direito Privado, Câmaras de Direito Público e Câmaras Criminais.
- III. Compete ao Tribunal de Justiça, processar e julgar originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual; e os Juízes de Direito nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- IV. Na Comarca da Ilha de São Luís haverá juízes de direito auxiliares, com atribuições definidas na Lei Complementar nº 14/1991, dentre as quais substituir os titulares da comarca nos casos de impedimento, férias, licenças ou vacâncias.

Está de acordo com a Lei Complementar nº 14/1991 o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 25

Acerca da Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, do estado do Maranhão, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado e dá outras providências, tratando, dentre outros assuntos, de suas vantagens, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constituem indenizações ao servidor: ajuda de custo; diárias; e, vale-transporte, destinando-se, a primeira, a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
- II. Pelo exercício de cargo em comissão que o servidor tenha exercido, e pelo exercício de função de direção e assistência intermediária são devidas gratificações em valores estabelecidos por lei.
- III. A gratificação por condições especiais de trabalho será calculada com base no valor do vencimento do cargo efetivo, até o limite de cem por cento.
- IV. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de cinco por cento a cada cinco anos de efetivo serviço público estadual, observado o limite máximo de trinta e cinco por cento incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 26

Sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- A) O Órgão Especial reunir-se-á com, no mínimo, dez desembargadores, além do seu Presidente. Quando exigido quórum qualificado para deliberação, o Órgão Especial não se reunirá sem a presença de doze desembargadores.
- B) Na distribuição dos processos no Órgão Especial é aplicada a regra de serem excluídos da distribuição o presidente, primeiro Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça. Quanto ao primeiro Vice-Presidente, ficam ressalvados os processos privativos de sua relatoria.
- C) A eleição dos quinze membros do Órgão Especial será realizada em sessão administrativa pública, por votação aberta, entre os membros do Plenário, convocados especialmente para tal finalidade, sendo inadmitida a recusa do encargo, salvo manifestação expressa antes da eleição.
- D) O Plenário do Tribunal é composto de todos os membros do Órgão Especial do Tribunal, além de seu Presidente, Vice-Presidentes e os cinco Desembargadores de maior antiguidade no tribunal e somente se reunirá com a presença de, no mínimo, dezesseis desembargadores, nesse número incluído o Presidente.

Questão 27

No que tange às sanções que podem ser aplicadas a servidores do Poder Judiciário do Maranhão, segundo a Lei Complementar nº 14/1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), relativas à pena de demissão, analise as seguintes situações:

- I. Abandono de cargo.
- II. Recebimento indevido de custas.
- III. Portar-se com notória e reiterada incontinência pública ou privada.
- IV. Especificamente ao secretário da contadoria que deixar de comunicar à autoridade judiciária, quando constatar, a cobrança indevida de custas ou emolumentos.

Considerando que a falta não tenha sido reiterada e os casos expressamente previstos na norma, são casos cuja pena prevista é a demissão:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 28

Certa cidade no interior do Maranhão dispõe de um único juiz de direito, que atende à Vara Única local, com competência territorial sobre essa cidade e outras duas cidades vizinhas. Essa cidade, levando em conta as regras de divisão judiciária do Estado do Maranhão, pode ser classificada como sendo

- A) um termo judiciário e uma comarca de entrância inicial cujo nome será o da cidade em questão.
- B) um termo judiciário e uma comarca de entrância especial, uma vez que é composta por mais de uma cidade.
- C) uma comarca e em conjunto com as demais cidades uma zona judiciária, cujo nome será o da cidade em questão.
- D) em conjunto com as demais cidades que são atendidas pelo juiz, um termo judiciário e uma comarca de primeira instância judicial.

Questão 29

Sobre o processo administrativo disciplinar, conforme normas presentes na Lei Complementar nº 14/1991 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão), assinale a afirmativa correta.

- A) Das penalidades impostas não cabe recurso de qualquer natureza. Pode ser feito, entretanto, pedido de reconsideração direcionado ao Presidente do Tribunal, que tem poderes discricionários para analisar o pedido.
- B) Os atos instrutórios do processo disciplinar administrativo poderão ser delegados pelo presidente do Tribunal ou pelo Corregedor-Geral da Justiça a juiz de direito, sendo vedada sua delegação a servidor, ainda que efetivo.
- C) O processo disciplinar administrativo terá início por Portaria baixada pelo Presidente do Tribunal ou pelo Corregedor-Geral da Justiça, delimitando teor da acusação e sujeito à concordância pelo juiz onde hajam sido imputados os fatos ao servidor.
- D) Se houver conveniência, por ato do Presidente do Tribunal ou do Corregedor-Geral da Justiça, conforme o caso, o servidor poderá ser afastado preventivamente do exercício do cargo ou função, por até trinta dias, prorrogáveis, desde que não exceda noventa dias, uma vez instaurado o processo disciplinar administrativo.

Questão 30

No que diz respeito à progressão e à promoção de servidor público do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos termos da Lei Estadual nº 11.690/2022, assinale a afirmativa correta.

- A) Promoção é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- B) Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de dois anos, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- C) Progressão funcional é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento, observadas as ressalvas normativas.
- D) Promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de dois anos em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento, sendo exigido para a promoção para a Classe D requisitos adicionais, definidos em lei.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Analise as informações a seguir para responder às questões 31 e 32.

A Cia. Videira é uma empresa industrial, cujo Ativo apresentava a seguinte composição no encerramento do exercício de 2023:

Ativo Circulante	325.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	85.000,00
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	65.000,00
Créditos a Receber	100.000,00
Estoques	75.000,00
Ativo Não-Circulante	575.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	75.000,00
Investimentos	220.000,00
Ativo Imobilizado	280.000,00

Sabe-se que em 31/12/2023 a empresa apresentava um índice de liquidez corrente de 1,25 e um índice de endividamento geral de 0,70.

Questão 31

Com base nos dados fornecidos, assinale a alternativa que indica o valor do Patrimônio Líquido da Cia. Videira em 31/12/2023.

- A) 235.000,00.
- B) 255.000,00.
- C) 270.000,00.
- D) 370.000,00.

Questão 32

De acordo com as informações apresentadas, é correto afirmar que o Índice de Liquidez Geral da Cia. Videira em 31/12/2023 era de, aproximadamente (considere apenas duas casas decimais após a vírgula):

- A) 0,51.
- B) 0,63.
- C) 0,68.
- D) 1,43.

Questão 33

À luz do Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A relevância e a representação fidedigna são características qualitativas fundamentais da informação financeira útil. Esta utilidade é aumentada se tais informações forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.
- () O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente.
- () As demonstrações contábeis devem ser elaboradas com base na suposição de continuidade operacional, ou seja, que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar em um futuro previsível. Em observância ao princípio da uniformidade, tal premissa deve ser mantida mesmo quando haja claros indícios de que o encerramento das atividades está próximo.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) F, V, F.
- C) V, V, F.
- D) F, V, V.

Questão 34

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, analise as afirmativas a seguir.

- I. No âmbito da avaliação das demonstrações contábeis de propósito geral, uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários tomam como base nessas demonstrações contábeis. Materialidade é uma questão a ser avaliada no âmbito de cada entidade, considerando a natureza e o volume de suas transações, de modo que não há uma determinação de materialidade única e genérica para todas as entidades.
- II. Muitas entidades apresentam também, fora das demonstrações contábeis, relatórios e demonstrações, tais como relatórios ambientais e sociais, sobretudo nos setores em que os fatores ambientais e sociais sejam significativos e quando os empregados são considerados um importante grupo de usuários. Estes relatórios estão sujeitos à observância dos preceitos contidos nos Pronunciamentos Técnicos do CPC, que devem servir de referência para sua elaboração.
- III. A mensuração de ativos líquidos de provisões relacionadas como, por exemplo, provisões de obsolescência nos estoques ou provisões de créditos de liquidação duvidosa nas contas a receber de clientes, é considerada um tipo de compensação, e é vedada explicitamente pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 35

No exercício social de 2022, a Oliveira Ltda. efetuou as seguintes transações:

- Aquisição com pagamento à vista de mercadorias para revenda, desembolsando um valor de R\$ 22.000,00.
- Obtenção de empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 25.000,00.
- Venda de mercadorias, pelo valor bruto de R\$ 125.000,00, incidindo tributos na ordem de R\$ 18.000,00, pagos integralmente no exercício; 25% do valor da venda será recebido apenas no exercício seguinte.
- Amortização de empréstimos obtidos, no valor de R\$ 8.000,00.
- Aquisição de um novo Ativo Imobilizado, pagando R\$ 32.000,00 em 2022 e R\$ 25.000,00 a pagar em 2022.
- Venda de um veículo por R\$ 24.500,00, recebendo o valor integralmente à vista.
- Pagamento de salários e encargos sociais dos empregados da empresa, da ordem de R\$ 38.000,00.

Com base nos dados informados, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, a ser evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método direto, foi de:

- A) R\$ 15.750,00.
- B) R\$ 23.750,00.
- C) R\$ 30.250,00.
- D) R\$ 37.000,00.

Questão 36

Considerando o tratamento contábil para o ativo imobilizado das entidades do setor público, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam analisar informações acerca desde item do ativo não circulante, analise as afirmativas a seguir.

- I. As obras em andamento, ainda não concluídas, que não podem ser retiradas sem destruição ou danos, são uma classe dos bens imóveis.
- II. Itens como peças de reposição, equipamentos sobressalentes e equipamentos de manutenção devem ser reconhecidos como ativo imobilizado, quando estiverem em conformidade com a definição de ativo imobilizado; caso não atendam a definição, devem ser classificados como estoques.
- III. No caso de transferências de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante dos registros da entidade de origem. Quando o ativo imobilizado tem vida útil econômica limitada e o ente público realizou a depreciação, apure-se o valor líquido do bem, fazendo o lançamento contábil debitando as contas de depreciação acumulada e de redução ao valor recuperável de imobilizado e creditando a conta de bens móveis.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 37

A seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para satisfazer aos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil pelas entidades do setor público ao fornecer informação que possibilita os usuários avaliarem:

- I. O custo dos serviços prestados no período, em termos históricos ou atuais.
- II. A capacidade da entidade em dar suporte à prestação de serviços no futuro por meio de recursos físicos e outros (capacidade operacional).
- III. A capacidade da entidade em financiar suas próprias atividades (capacidade financeira).

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 38

NÃO é um requisito obrigatório para o reconhecimento da provisão, no passivo, de natureza patrimonial:

- A) Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- B) Exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados.
- C) Que tenha no ato da inscrição da provisão uma disponibilidade financeira líquida positiva.
- D) Seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação.

Questão 39

A respeito do *superavit* financeiro do setor público, analise as afirmativas a seguir.

- I. O *superavit* financeiro refere-se ao excedente encontrado quando as receitas realizadas são maiores do que as despesas em um determinado período, apuradas no Balanço Orçamentário.
- II. O *superavit* financeiro deve ser apurado no Balanço Patrimonial (diferença positiva entre o ativo financeiro e passivo financeiro), que é um dos demonstrativos contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- III. O *superavit* financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o Art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 40

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. Dentre as informações orçamentárias e financeiras a seguir, NÃO comporá o RREO:

- A) Demonstrativos dos resultados nominal e primário.
- B) Comparativo com os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal do montante da despesa total com pessoal, distinguindo-a com inativos e pensionistas.
- C) Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.
- D) Balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica as receitas por fontes, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada e as despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.

Questão 41

O Decreto nº 38.079/2023 dispõe sobre a programação e a execução orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2023. Esse decreto disciplina o instrumento da descentralização, que é a transferência de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias. Acerca da temática da descentralização de recursos orçamentários, à luz do referido decreto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao final do exercício, os créditos orçamentários e as cotas financeiras decorrentes de descentralização, eventualmente não utilizados, serão obrigatoriamente restituídos à unidade descentralizadora ou inscritos em restos a pagar pela unidade recebedora da descentralização.
- II. A descentralização de créditos será antecedida de publicação de instrumento legal que ampare a cooperação entre as unidades gestoras, cuja minuta será previamente submetida à apreciação da Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão.
- III. Quando a descentralização de créditos for efetivada entre unidades gestoras diferentes, deverá ser respeitada a coerência entre o objeto da execução e a missão institucional das unidades, a classificação funcional e a estrutura programática da unidade descentralizadora.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.

Questão 42

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), por meio da Resolução GP nº 14/2018, disciplina o instituto do regime de adiantamento (suprimento de fundos). Conforme a referida Resolução, o adiantamento será concedido pelo ordenador de despesas do TJMA ou por pessoa por ele designada para esse fim. Considere, hipoteticamente, que foram solicitados alguns adiantamentos no mês de abril de 2024 para o pagamento das despesas a seguir:

- I. Despesas com alimentação relacionadas aos trabalhos do Tribunal do Júri, referentes às sessões do mês de março, mediante apresentação das notas que comprovam essas despesas.
- II. Aquisições de duas unidades de impressoras portáteis, com valor abaixo do limite para dispensa de licitação, para utilização em ações volantes do Tribunal.
- III. Despesas com reparo de vazamento na torneira de uma pia localizada no banheiro feminino do terceiro andar do prédio do Tribunal, com valor abaixo do limite para dispensa de licitação.

O setor contábil do TJMA foi consultado acerca das solicitações apresentadas e concluiu que pode ser concedido o adiantamento apenas para as despesas do(s) item(ns)

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.

Questão 43

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em sua 10ª edição, define que o balanço orçamentário é composto por: quadro principal; quadro da execução dos restos a pagar não processados; e, quadro da execução dos restos a pagar processados. Os valores de restos a pagar relativos às despesas correntes, apresentados abaixo, foram extraídos do quadro da execução dos restos a pagar não processados do balanço orçamentário do governo do estado do Maranhão, referente ao exercício findo em 31/12/2023:

Item	Valor
Inscritos em 31/12/2022	278.472.638,91
Liquidados	229.774.579,43
Pagos	227.449.064,71
Cancelados	48.452.882,88
Saldo	4.347.363,31

A partir dos valores apresentados, conclui-se que o valor dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores é de:

- A) R\$ 1.776.671,99.
- B) R\$ 2.570.691,32.
- C) R\$ 232.345.270,75.
- D) R\$ 234.121.942,74.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 44

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão publicou, em 30/01/2024, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao exercício findo em 31/12/2023. No quadro a seguir estão algumas informações extraídas desse relatório:

Item	Valor
Despesa total com pessoal	1.201.961.742,00
Receita corrente líquida	23.123.381.915,45
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais	35.329.708,40
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada	50.059.000,00

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101/2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal de 1988, definindo os limites globais para o gasto com pessoal para cada ente da Federação, bem como a repartição desses limites. “No caso da esfera estadual, a repartição contempla os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público. O TJMA está planejando os gastos para o exercício seguinte e necessita verificar a representatividade do seu gasto com pessoal dentro dos ditames da LRF. Considerando que o RGF publicado pelo TJMA sintetize todas as despesas do Poder Judiciário para fins de verificação dos limites impostos pela LRF, no ano de 2023, conclui-se que o percentual da despesa total com pessoal foi de _____, ficando abaixo ao limite _____, que é de _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 5,20% / de alerta / 5,7%
- B) 5,22% / de alerta / 5,4%
- C) 5,22% / prudencial / 5,4%
- D) 5,20% / prudencial / 5,7%

Questão 45

A literatura especializada na área de Administração Financeira e Orçamentária (AFO) explora, exaustivamente, os quatro modelos de orçamento público: orçamento tradicional, orçamento base-zero, orçamento por desempenho e orçamento-programa. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Marcado pela falta de planejamento da ação governamental; caracteriza-se como um mero instrumento contábil e financeiro, que programa e registra entradas e saídas.
- II. Apresenta programas de trabalho contendo ações a serem desenvolvidas; tem o objetivo de gasto como secundário e o resultado como objetivo primário.
- III. Baseado em critério funcional-programático, ou seja, organiza as ações do governo sob a forma de programas visando a proporcionar maior racionalidade e eficiência.
- IV. Também chamado de orçamento por estratégia; prioriza a análise crítica de todos os recursos solicitados, questionando as reais necessidades de cada área.

As características listadas referem-se, respectivamente, aos modelos de

- A) orçamento base-zero; orçamento tradicional; orçamento por desempenho; orçamento-programa.
- B) orçamento base-zero; orçamento por desempenho; orçamento-programa; orçamento tradicional.
- C) orçamento tradicional; orçamento-programa; orçamento por desempenho; orçamento base-zero.
- D) orçamento tradicional; orçamento por desempenho; orçamento-programa; orçamento base-zero.

Questão 46

A auditoria interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho. “O termo ‘erro’ aplica-se a ato _____ de omissão, _____, _____ ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) intencional / desatenção / adulteração
- B) não-intencional / manipulação / adulteração
- C) intencional / manipulação / desconhecimento
- D) não-intencional / desatenção / desconhecimento

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 47

O relatório é o documento pelo qual a auditoria interna apresenta o resultado dos seus trabalhos. Sobre o relatório da auditoria interna, assinale a afirmativa que faz a correta referência.

- A) O relatório deve ser redigido com parcialidade, respeitando os ditames da administração da entidade.
- B) A auditoria deve expressar, claramente, suas conclusões, sem recomendar providências, deixando a cargo da administração da entidade as análises e decisões cabíveis.
- C) O relatório da auditoria interna deve ser apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem este autorizar, vedada a confidencialidade do seu conteúdo, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação.
- D) A auditoria interna deve avaliar a necessidade de emissão de relatório parcial, na hipótese de constatar impropriedades/irregularidades/ilegalidades que necessitem providências imediatas da administração da entidade.

Questão 48

A Assembleia Legislativa do Maranhão, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas estadual, e o sistema de controle interno do Tribunal de Justiça estadual fiscalizarão o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal por parte do órgão. O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão deverá alertar o Tribunal de Justiça estadual na seguinte situação:

- A) Quando o montante de despesa total com pessoal ultrapassar 80% do limite.
- B) Momento em que os gastos com inativos e pensionistas se encontram próximo a 90% do limite definido em lei.
- C) Ocorrência de fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
- D) Se verificado, ao final de um semestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas.

Questão 49

A Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a, EXCETO:

- A) Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.
- B) Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
- C) Proteção da divulgação dos valores desembolsados com despesas de pessoal e das remunerações dos servidores.
- D) Proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Questão 50

Ao final de cada quadrimestre, o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão emitirá Relatório de Gestão Fiscal. Assinale a afirmativa INCORRETA que trata do referido relatório.

- A) Relacionará as medidas preventivas adotadas para adequação aos limites fixados em Lei Orçamentária.
- B) Também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno.
- C) Conterá demonstrativos, no último quadrimestre, do montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e da inscrição em Restos a Pagar.
- D) Conterá comparativo com os limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal dos montantes de despesas total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (uma) questão discursiva sobre o tema específico da área respectiva do cargo. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será penalizado o candidato ou candidata que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem 13.7.1 do Edital, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência e exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	9 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9 Ortografia. 10. Acentuação	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,5 ponto, até o limite de 9 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Pacioli é recém-empossado no cargo de Analista Judiciário – Contador, no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Possuidor de vasta experiência em contabilidade aplicada ao setor público, Pacioli gostaria de repassar conhecimentos relativos a essa área de contabilidade aos demais colegas recém-empossados, bem como aos demais servidores interessados. Possuidor de espírito empreendedor, Pacioli já elaborou um projeto de curso EAD para aplicação interna no referido Tribunal. Contudo, falta-lhe elaborar a parte introdutória referente ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Ciente de que textos introdutórios devem estimular a busca pelo aprofundamento de conhecimentos, exponha, de forma a deixar claro, o conceito, o objetivo – em termos gerais, e o alcance do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha; 1 (uma) dissertação para todas as especialidades do cargo de Técnico Judiciário; e, 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, para todas as especialidades do cargo Analista Judiciário e para o cargo de Oficial de Justiça.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- Para interposição de recursos o candidato ou candidata deverá acessar o sítio eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no subitem 16.2, e inserir as informações solicitadas.